

ISSN 0103-9466

MANIFESTAÇÕES DA POBREZA  
AGRÍCOLA NO BRASIL  
EM 1990

Eugênia Troncoso Leone

TEXTO PARA DISCUSSÃO nº 46

junho /1995

INSTITUTO DE ECONOMIA  
UNICAMP

ISSN 0103-9466

**MANIFESTAÇÕES DA POBREZA AGRÍCOLA  
NO BRASIL EM 1990**

---

**Eugênia Troncoso Leone(\*)**

**(\*) Professora do Instituto de Economia da UNICAMP.**

**Instituto de Economia, junho de 1995**

**COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE  
ECONOMIA/UNICAMP**

**Carlos Alonso Barbosa de Oliveira  
José Ricardo Barbosa Gonçalves  
Geraldo Di Giovanni (Coordenador)  
Otaviano Canuto dos Santos Filho  
Paulo Eduardo de Andrade Baltar**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Leone, Eugênia Troncoso**

Manifestações da pobreza agrícola no Brasil em 1990/Eugênia Troncoso  
Leone. - Campinas: UNICAMP.IE, 1995.

19 p. (Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 46)

1.Pobreza rural - Brasil - 1990. 2. Renda - Distribuição. 3. Indicadores  
sociais. I. Título. II. Série.

Exemplares avulsos poderão ser obtidos com Neide Pereira Baldovinotti

INSTITUTO DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Caixa Postal 6135

13083-970 Campinas (SP)

fone: (0192) 39.7031 e/ou 39.7364

fax: (0192) 39.1512

# MANIFESTAÇÕES DA POBREZA AGRÍCOLA NO BRASIL EM 1990 <sup>1</sup>

Eugênia Troncoso Leone

## Resumo

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990, este estudo analisa as condições de vida das famílias que têm na agricultura a principal fonte de renda. Classificadas as famílias segundo faixas de renda *per capita* e situação de domicílio, nas diversas regiões do país, procura-se exprimir a variedade de suas condições de vida recorrendo a alguns indicadores básicos como características dos domicílios e nível educacional. Os resultados da análise permitem identificar três situações básicas de pobreza: a da pequena produção de subsistência do Nordeste rural, a do trabalhador assalariado que já reside em áreas urbanas e a da produção do tipo familiar das áreas rurais da região Sul.

## Introdução

Em 1991, trinta e seis milhões de pessoas tinham domicílio rural, a maioria delas vivendo em situação de miséria, não sendo possível supor que viriam a melhorar em futuro próximo. A atividade agrícola continua a ser a principal fonte de renda dessa população rural pobre, mesmo quando algumas dessas famílias passaram a residir em pequenos municípios.

Se, nos anos setenta, a elevação da renda agrícola permitiu reduzir a proporção dos ocupados com renda inferior a determinado limite mínimo, já nos anos oitenta ocorreram fortes oscilações nessa proporção, em torno de um nível relativamente constante. Sabe-se, também, que a participação do trabalho assalariado na ocupação agrícola continuou aumentando nos anos 80, bem como seu peso na composição dos trabalhadores agrícolas de baixa renda, tornando-se maioria em outras regiões além do estado de São Paulo e tendo atingido, inclusive,

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão resumida e atualizada do terceiro capítulo da tese de doutoramento da autora, defendida em maio de 1994 na UNICAMP. Agradece-se a Paulo Rehder, pelo processamento dos dados da PNAD de 1990.

aquelas regiões onde o trabalhador por conta própria representa a maior parte da PEA agrícola.

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990, este artigo procura avançar no estudo das condições de vida da população que tem na agricultura a principal fonte de renda. A unidade de análise adotada é a família cujo chefe se ocupa na atividade agrícola uma vez que, a essas famílias, pertence a grande maioria dos ocupados na agricultura.

Procura-se exprimir a variedade de condições de vida da população objeto de estudo, principalmente entre as que residem no campo e as que já moram em cidades, nas diversas regiões do país, identificando as formas básicas em que se manifesta o fenômeno da pobreza agrícola. Desse modo, tenta-se mostrar que um mesmo nível de renda tem significado diferente, como expressão de condições de vida, se a população vive no campo, se já reside em cidades e se vive em regiões com diferentes graus de desenvolvimento<sup>2</sup>. Essa problemática é dividida em dois amplos aspectos: o grau de mercantilização envolvido na vida das famílias e o acesso às diversas redes de infra-estrutura.

O nível de renda monetária da família é tão mais importante quanto maior for o grau de mercantilização. Um baixo nível de renda significa maiores carências no consumo, principalmente quando as famílias residem nas cidades e/ou regiões mais desenvolvidas do país. Com relação ao acesso às diversas redes de infra-estrutura, verifica-se que, naquelas redes de ampla difusão nacional, é freqüente esse acesso, mesmo entre as famílias de mais baixa renda. Pelo contrário, quando a rede é pouco difundida, o acesso é precário, mesmo entre as famílias de renda relativamente alta. Já nas situações intermediárias em termos de difusão das redes, fica mais evidente o efeito diferenciador do poder de compra das famílias.

Inicia-se o estudo pelo nível de renda das famílias, classificadas segundo três faixas de renda *per capita*: até meio salário mínimo, de meio a um salário mínimo e mais de um salário mínimo. Em seguida, comparam-se, por faixas de renda, diversos aspectos das condições de vida dessas famílias, recorrendo-se a alguns tipos básicos de indicadores, como características dos domicílios e nível educacional. Por último, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

---

<sup>2</sup> Essa afirmação tem como ponto de partida a constatação de Hoffmann e Kageyama (1985) de que o progresso da agricultura no Brasil resultou em elevação do nível e desigualdade de renda observando-se também uma estreita relação entre grau de modernização, nível e desigualdade de renda entre regiões. Tenta-se avançar na discussão desse problema incorporando a idéia de que o significado da variável nível de renda, como expressão das condições sócio-econômicas de uma população pode variar muito, dependendo do grau de desenvolvimento das relações mercantis na vida desta população.

## 1. Distribuição de renda

A PNAD estima que em 1990, nas regiões do país aqui consideradas (tabela 1), existiam 6,9 milhões de famílias chefiadas por pessoas que trabalhavam na agricultura, sendo que 78,0% residiam em áreas rurais.<sup>3</sup> A distribuição dessas famílias por região destaca o Nordeste com 45%.

TABELA 1 - Distribuição das famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo regiões e situação rural-urbana do domicílio em 1990.

Regiões	Rural	Urbano	Total
Nordeste	36,7	8,2	44,9
Sudeste (-SP)	12,8	4,9	17,7
São Paulo	4,2	3,1	7,3
Sul	17,8	3,4	21,2
Centro-Oeste	6,5	2,4	8,9
Total	78,0	22,0	100,0

Fonte: Tabulação Especial PNAD-1990

Há uma grande diferença no perfil das distribuições das famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda *per capita* entre as regiões e, dentro de cada uma delas, entre as áreas rural e urbana<sup>4</sup>. Destacam-se como extremos, por um lado, a elevadíssima frequência das famílias de renda inferior à metade do salário mínimo no Nordeste rural (68,7%) e, de outro, a pequena fração das famílias nesta faixa de renda em São Paulo urbano (8,3%). Entre esses extremos, ressalta a elevada incidência de baixa renda entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem em área rural, principalmente nas regiões de agricultura menos desenvolvida. A ordem é Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul e São Paulo. Nas áreas urbanas, embora a fração de famílias de baixa renda seja menor, não é de nenhuma maneira desprezível. (tabela 2).

A baixa renda predominante entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas está relacionada não somente com a pequena magnitude da renda de muitos desses trabalhadores mas também com o elevado tamanho dessas famílias. De um modo geral, em todas as regiões bem como no campo e na cidade, há uma relação inversa entre o nível de renda *per capita* das famílias e o seu tamanho

<sup>3</sup> Foi omitida a região Norte porque a PNAD não investiga a área rural dessa região. Por outro lado, o número de famílias calculado pela PNAD é, provavelmente, uma superestimação, porque é obtida a partir da expansão da amostra que usa uma projeção independente do crescimento da população não considerando devidamente as tendências a declínio do crescimento demográfico e as mudanças na distribuição espacial da população, efetivamente ocorridos no Brasil, durante a década de 1980.

<sup>4</sup> Na construção das faixas de renda *per capita* utilizou-se o salário mínimo que vigorava no mês de referência da PNAD (Setembro de 1990).

médio. Também, em geral, é muito elevada, em termos de participação na renda total da família, a renda do trabalho do chefe na ocupação principal. (tabela 3).

A participação da renda do chefe tende a diminuir quando passamos da faixa de “até metade do salário mínimo” para a de “meio a um salário mínimo” e volta a ser mais elevada na faixa de “mais de um salário mínimo”, em consequência, principalmente, da mudança da importância da renda do trabalho de outros membros da família. Isto ocorre em todas as regiões do país, bem como no campo e na cidade e se observa que a participação da renda do chefe é menor nas áreas urbanas, também em consequência de uma maior participação da renda do trabalho de outros membros da família.

TABELA 2 - Distribuição percentual e tamanho médio das famílias segundo faixas de renda familiar *per capita* e situação rural-urbana do domicílio nas regiões, 1990

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita</i> em Sal. Mínimo	Distr. Famílias		Tamanho Médio	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Nordeste	até 1/2	68,7	52,3	5,6	5,4
	de 1/2 a 1	19,3	26,8	3,9	4,5
	mais de 1 sem decl.	9,5	18,1	3,2	3,9
	Total	2,5	2,8	-	-
Sudeste (-SP)	até 1/2	100,0	100,0	5,0	4,9
	de 1/2 a 1	53,0	30,6	5,3	5,3
	mais de 1 sem decl.	27,1	28,0	4,2	4,2
	Total	18,0	40,0	3,4	4,0
São Paulo	até 1/2	1,9	1,4	-	-
	de 1/2 a 1	26,6	8,3	4,9	4,8
	mais de 1 sem decl.	31,4	30,2	4,3	4,2
	Total	34,6	60,2	3,6	3,9
Sul	até 1/2	1,4	1,3	-	-
	de 1/2 a 1	39,3	20,4	5,0	4,7
	mais de 1 sem decl.	29,6	30,6	3,9	4,0
	Total	28,5	46,6	3,6	3,7
Centro-Oeste	até 1/2	2,6	1,9	-	-
	de 1/2 a 1	39,7	15,9	5,1	5,1
	mais de 1 sem decl.	29,0	26,2	3,8	4,8
	Total	29,9	55,3	3,1	4,0
Total	até 1/2	1,4	2,6	-	-
	de 1/2 a 1	54,7	32,4	5,4	5,3
	mais de 1 sem decl.	24,7	28,1	4,0	4,3
	Total	18,3	37,4	3,4	3,9
		2,3	2,1	-	-
		100,0	100,0	4,7	4,5

Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990

TABELA 3 - Composição da renda familiar total, das famílias, cujo chefe trabalha na agricultura, segundo fontes de renda e faixas de renda familiar *per capita* nas regiões, 1990

REGIÕES	FONTES DE RENDA	RURAL			URBANO		
		Faixas de renda familiar <i>per capita</i>					
		Até 1/2	½ a 1	mais de 1	Até 1/2	½ a 1	mais de 1
Nordeste	Renda do chefe	79,4	73,7	82,5	71,2	62,6	77,4
	Na ocup. principal	72,9	63,8	67,2	64,0	54,3	60,5
	Na ocup. secundária	2,9	3,8	8,7	2,4	4,2	3,4
	Outras fontes	3,6	6,1	6,6	4,8	4,1	13,5
	Renda Não chefes	20,6	26,3	17,5	28,8	37,4	22,6
	Na ocup. principal	20,3	25,9	17,0	28,4	36,6	20,7
	Na ocup. secundária	0,3	0,4	0,5	0,4	0,8	1,9
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Sudeste (-SP)	Renda do chefe	79,1	68,9	83,7	73,9	63,4	70,0
	Na ocup. principal	75,1	63,3	77,8	71,3	58,4	58,9
	Na ocup. secundária	1,7	1,6	1,8	0,5	1,3	2,7
	Outras fontes	2,3	4,0	4,1	2,1	3,7	8,4
	Renda Não chefes	20,9	31,1	16,3	26,1	36,6	30,0
	Na ocup. principal	20,9	31,0	16,1	26,1	36,2	28,9
	Na ocup. secundária	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	1,1
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
São Paulo	Renda do chefe	83,0	68,6	75,7	80,5	69,6	79,6
	Na ocup. principal	81,2	65,7	72,8	80,5	67,5	73,5
	Na ocup. secundária	0,0	1,1	0,5	0,0	0,8	1,0
	Outras fontes	1,8	1,8	2,4	0,0	1,3	5,1
	Renda Não chefes	17,0	31,4	24,3	19,5	30,4	20,4
	Na ocup. principal	17,0	31,2	24,2	19,5	30,4	20,2
	Na ocup. secundária	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Sul	Renda do chefe	90,7	84,2	81,8	71,8	59,5	76,6
	Na ocup. principal	86,6	80,1	73,1	69,0	52,4	65,6
	Na ocup. secundária	0,6	1,4	2,6	0,0	3,0	2,4
	Outras fontes	3,5	2,7	6,1	2,8	4,1	8,6
	Renda Não chefes	9,3	15,8	18,3	28,2	40,5	23,4
	Na ocup. principal	9,1	15,7	17,9	28,2	40,5	22,9
	Na ocup. secundária	0,2	0,1	0,4	0,0	0,0	0,5
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Centro-Oeste	Renda do chefe	86,4	79,4	84,8	78,5	69,4	81,8
	Na ocup. principal	84,7	77,0	77,5	75,1	66,3	72,7
	Na ocup. secundária	0,6	0,5	1,9	1,4	0,4	3,8
	Outras fontes	1,1	1,9	5,5	2,0	2,7	5,3
	Renda Não chefes	16,6	20,6	15,2	21,5	30,6	18,2
	Na ocup. principal	13,6	20,6	15,1	21,4	30,5	18,0
	Na ocup. secundária	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Brasil (excl. Norte)	Renda do chefe	81,8	75,7	82,0	72,7	64,2	77,1
	Na ocup. principal	76,6	69,6	73,4	67,5	58,4	67,0
	Na ocup. secundária	2,1	2,1	3,2	1,6	2,4	2,5
	Outras fontes	3,1	4,0	5,4	3,6	3,4	7,6
	Renda Não chefes	18,2	24,3	18,0	27,3	35,8	22,9
	Na ocup. principal	18,0	24,1	17,7	27,0	35,4	22,2
	Na ocup. secundária	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,7
Outras fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Renda Familiar Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Tabulação Especial - PNAD - 1990

A constatação anterior traduz o fato de que algumas famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas conseguem obter uma renda um pouco mais elevada recorrendo ao trabalho de outros membros da família. Essa possibilidade de complementação da renda familiar é maior, como foi visto, no caso das famílias que já residem em áreas urbanas e, neste caso, os outros membros da família trabalham em atividades predominantemente não agrícolas. (tabela 4).

Essas famílias, entretanto, dependem muito da renda do trabalho do chefe na agricultura. Ou seja, sua baixa renda é devida principalmente, à escassa remuneração do trabalho do chefe. A posição na ocupação agrícola desses chefes nos dá pistas sobre o motivo dessa baixa renda. (tabela 5).

Considerando as famílias de baixa renda monetária residentes em áreas rurais, a posição na ocupação do chefe reflete o tipo de agricultura praticada na região. No Nordeste e no Sul são, predominantemente, trabalhadores por conta-própria, vale dizer, produtores que não utilizam empregados assalariados.<sup>5</sup> No Sudeste e Centro-Oeste são fundamentalmente empregados assalariados. No caso das famílias agrícolas de baixa renda residentes nas áreas urbanas, o chefe é fundamentalmente empregado assalariado em todas as regiões do país.

Em suma, nas regiões onde a empresa capitalista avançou mais profundamente na produção agrícola, as famílias de baixa renda são chefiadas por trabalhadores assalariados de baixa qualificação, residam essas famílias no campo ou na cidade, enquanto que nas regiões onde a empresa capitalista avançou menos e ainda predomina a pequena produção baseada no trabalho familiar, a razão da baixa renda do chefe da família é diferente, para residentes no campo e na cidade: no campo, deve-se à precariedade da pequena produção de subsistência, notadamente no Nordeste, enquanto na cidade pode ser atribuída ao baixo nível dos salários do trabalho agrícola não qualificado.

TABELA 4 - Distribuição dos outros membros ocupados da família, cujo chefe trabalha na agricultura, segundo situação rural-urbana do domicílio e o ramo de atividade econômica, nas regiões, 1990

REGIÕES	RURAL			URBANO		
	Agrícola	Não-Agrícola	Total	Agrícola	Não-Agrícola	Total
Nordeste	81,1	18,9	100,0	34,5	65,5	100,0
Sudeste (-SP)	80,6	19,4	100,0	35,0	65,0	100,0
São Paulo	82,5	17,5	100,0	33,7	66,3	100,0
Sul	87,7	12,3	100,0	37,8	62,2	100,0
Centro-Oeste	74,5	25,5	100,0	29,6	70,4	100,0

Fonte: Tabulação Especial - PNAD - 1990

<sup>5</sup> As condições de vida dos pobres agrícolas do Sul e do Nordeste podem ser muito diferentes em função de fatores como auto-consumo, diferenças de costumes, etc. Este comentário é válido particularmente para os pequenos produtores pobres residentes no campo.

TABELA 5 - Distribuição percentual dos chefes de família que trabalham na agricultura segundo posição na ocupação <sup>(1)</sup> e faixas de renda familiar

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita em sal. min.</i>	RURAL				URBANO			
		Empregados	Autônomos	Empregadores	Total (2)	Empregados	Autônomos	Empregadores	Total (2)
Nordeste	até 1/2	40,1	56,6	3,1	100,0	52,7	44,4	2,5	100,0
	de 1/2 a 1	32,2	60,2	7,4	100,0	45,2	48,5	6,3	100,0
	mais de 1	19,6	60,3	20,1	100,0	18,7	44,7	36,6	100,0
Sudeste (-SP)	até 1/2	59,1	36,0	4,7	100,0	79,7	19,3	1,0	100,0
	de 1/2 a 1	49,4	40,4	10,0	100,0	67,8	26,1	6,1	100,0
	mais de 1	22,7	43,6	33,7	100,0	31,3	24,9	43,8	100,0
São Paulo	até 1/2	77,9	22,1	-	100,0	81,0	19,0	-	100,0
	de 1/2 a 1	72,2	23,9	3,9	100,0	86,7	12,0	1,3	100,0
	mais de 1	49,2	31,9	18,9	100,0	50,0	22,5	26,8	100,0
Sul	até 1/2	24,1	73,4	1,4	100,0	73,5	22,7	3,8	100,0
	de 1/2 a 1	28,2	68,7	2,7	100,0	65,8	30,9	3,3	100,0
	mais de 1	15,4	75,2	9,2	100,0	26,1	41,0	32,9	100,0
Centro-Oeste	até 1/2	52,8	45,7	1,5	100,0	78,8	17,9	3,3	100,0
	de 1/2 a 1	62,0	34,1	3,9	100,0	63,0	25,3	10,5	100,0
	mais de 1	40,2	39,4	20,4	100,0	26,3	25,0	48,5	100,0

- (1) As posições na ocupação consideradas são:  
 Empregado: empregado, parceiro empregado e trabalhador agrícola volante.  
 Conta-própria: conta-própria e parceiro conta-própria.  
 Empregados: empregador e parceiro empregador.

- (2) A soma não dá exatamente 100 devido a posição na ocupação ignorada.

Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990.

## 2. Condições de vida

A sessão anterior pôs em evidência a menor frequência relativa nas faixas de baixa renda *per capita* das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem nas cidades e/ou regiões mais desenvolvidas do país. Os números são relativamente menores, mas ter uma renda tão reduzida em áreas urbanas e regiões mais desenvolvidas pode significar precariedade de condições de vida tão grande, ou até maior, que nas áreas rurais e regiões mais subdesenvolvidas, porque o estilo de vida urbano, mesmo em pequenas cidades, exige maiores gastos monetários.

Tenta-se reunir elementos para esclarecer a questão anterior comparando uma série de características dessas famílias de baixa renda. Inicia-se a comparação pelas características de **habitação**.

Entre as famílias que residem em **áreas rurais**, observa-se a carência absoluta de **abastecimento de água** na região Nordeste manifestada na elevada frequência das famílias, de todas as faixas de renda, que não têm acesso sequer a água de poço ou nascente. Nas demais regiões, essa proporção é bem mais reduzida, destacando-se a elevada proporção de famílias com acesso a poço ou nascente. Há, entretanto, uma grande diferenciação, bem maior que a observada no Nordeste, entre famílias de distintas faixas de renda. A melhora na condição de

abastecimento de água para moradia com o maior nível de renda *per capita* da família se expressa na crescente proporção de famílias que dispõem de canalização interna da água extraída do poço ou nascente.(tabela 6)

Nas famílias com **domicílio urbano** predomina, em todas as regiões, o uso de rede geral de abastecimento de água, embora, no Nordeste, principalmente nas famílias de baixo nível de renda, uma fração significativa não tenha acesso à rede geral e, muitas delas, sequer a poço ou nascente. O efeito das diferenças de renda sobre a condição de abastecimento de água se manifesta na elevação, com o nível de renda, da proporção de famílias que têm acesso à rede geral, bem como na elevação da fração das que, tendo acesso à rede geral, dispõem de canalização interna da água recebida.

A comparação do abastecimento de água dos domicílios rurais e urbanos indica que a principal diferença reside na predominância de água de poço ou nascente, no campo, e rede geral, na cidade. Na avaliação dessa vantagem dos domicílios urbanos, deve-se levar em conta que a condição urbana do domicílio impõe a exigência de água tratada, uma vez que a aglomeração de população e atividades econômicas nas cidades inviabiliza a qualidade dos poços e nascentes como fonte de abastecimento de água, especialmente quando não se dispõe, como se verá, de tratamento adequado de esgoto. Isto permite destacar a enorme precariedade da situação das famílias que não têm acesso à água tratada e residem em áreas urbanas. Entre as famílias urbanas de mais baixa renda *per capita*, a proporção das que não têm acesso à rede geral de abastecimento de água varia de 50,3%, no Nordeste, a 19,3%, na região Sul do país.

As diferenças de tipo de abastecimento de água mostram que, nas áreas rurais mais subdesenvolvidas, ocorre um nivelamento por baixo nas condições de carência das famílias agrícolas, atingindo inclusive as que não têm renda tão baixa. Já nas áreas urbanas e/ou regiões mais desenvolvidas é menor a incidência da falta de acesso adequado à água, mesmo entre famílias de baixa renda, mas, ao mesmo tempo, nota-se que existe uma diferenciação maior entre as famílias, conforme o nível de sua renda.

No caso das famílias residentes em **domicílios rurais**, a pretensão de qualidade no **escoamento sanitário**, pelo menos nas condições brasileiras, parece ser a fossa séptica. Entretanto, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a proporção de famílias que dispõem deste tipo de escoamento sanitário é muito pequena e a grande maioria ou não dispõe de escoamento sanitário algum ou faz uso de fossa rústica, mesmo entre famílias que não têm renda tão baixa. Não obstante, a proporção de famílias com escoamento sanitário precário varia bastante entre regiões segundo o grau de desenvolvimento econômico. As diferenças regionais são maiores para famílias que não têm renda muito baixa (tabela 7).

TABELA 6 - Distribuição percentual das famílias, cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda familiar *per capita* e formas de abastecimento de água (1) - nos regimes, 1990

REGIÕES	Faixas de renda Fam. <i>per capita</i> em \$/m. mínimo	RURAL						URBANO					
		Rede geral			Poço ou nascente			Rede geral			Poço ou nascente		
		CCI	SCI	Outros	CCI	SCI	Outros	CCI	SCI	Outros	CCI	SCI	Outros
Nordeste	até 1/2	1,1	2,6	54,2	1,4	40,7	42,5	28,9	20,8	1,0	15,2	34,1	
	de 1/2 a 1	2,2	3,6	42,5	2,8	48,4	41,0	41,0	20,7	0,8	11,8	25,7	
	mais de 1	4,4	2,7	38,0	6,3	48,6	66,4	66,4	11,4	2,8	9,3	10,1	
	Total	1,7	2,8	50,2	2,1	43,2	39,3	39,3	19,4	1,3	12,8	27,2	
Sudeste (SP)	até 1/2	1,9	2,2	11,3	31,2	53,4	40,3	37,6	37,6	10,5	6,1	5,5	
	de 1/2 a 1	5,6	4,4	5,9	40,0	44,1	66,5	17,5	8,3	6,3	1,4		
	mais de 1	3,9	0,8	2,5	67,4	25,4	84,7	6,7	6,7	1,1	0,8		
	Total	3,3	2,6	8,6	39,9	45,6	65,7	19,3	8,2	4,4	2,4		
São Paulo	até 1/2	5,5	-	1,1	46,6	46,8	42,9	33,3	-	23,8	-		
	de 1/2 a 1	3,9	0,8	-	69,4	25,9	65,5	19,9	10,7	3,9	-		
	mais de 1	11,0	1,7	-	74,4	12,9	89,3	2,6	5,5	2,6	-		
	Total	7,0	0,9	0,3	64,9	26,9	78,4	10,3	6,6	4,7	-		
Sul	até 1/2	2,8	1,2	2,4	41,5	52,1	47,6	33,1	5,9	11,3	2,1		
	de 1/2 a 1	5,7	0,2	3,2	59,2	31,7	61,0	20,0	7,6	11,4	-		
	mais de 1	4,8	0,7	2,1	77,5	14,9	85,8	2,1	8,5	2,8	0,8		
	Total	4,4	0,7	2,5	57,5	34,9	69,5	14,0	7,8	7,5	1,2		
Centro-Oeste	até 1/2	0,7	1,4	2,7	21,4	73,8	23,6	38,1	5,3	28,0	5,0		
	de 1/2 a 1	2,0	2,1	2,9	34,2	58,8	39,9	25,2	10,3	20,3	4,3		
	mais de 1	4,1	1,2	4,4	48,1	42,2	75,0	7,3	10,5	6,7	0,5		
	Total	2,1	1,5	3,3	32,4	60,2	58,0	16,9	9,3	13,6	2,2		

(1) As formas de abastecimento de água são a rede geral e o poço ou nascente, com canalização interna (CCI) e sem canalização interna (SCI), e outra forma (outro).

Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990

No que se refere as famílias residentes em áreas urbanas, a pretensão de qualidade de escoamento sanitário é o acesso à rede geral. Esta solução do problema do saneamento básico requer um volume apreciável de investimento público. Na sua ausência, a fossa séptica pode representar uma forma privada de contornar o problema com relativa eficácia, principalmente se ocorre simultaneamente ao acesso do domicílio à água tratada, proveniente da rede geral de abastecimento.

A grande maioria das famílias de baixa renda em todas as regiões do país com exceção do estado de São Paulo, tem domicílio com escoamento sanitário muito precário (sem qualquer saneamento, no máximo com fossa rudimentar). À medida que se consideram faixas de renda mais elevadas, diminui a proporção de domicílios nessas condições. Nas regiões onde a rede geral é mais abrangente, eleva-se a proporção de domicílios com acesso a essa rede. Nas demais, aumenta principalmente a proporção de domicílios que dispõem de fossa séptica. Em todo caso, mesmo entre famílias que não têm renda muito baixa, é elevada a fração das que têm domicílio sem qualquer saneamento ou, no máximo, possuem fossa rudimentar. Essa proporção, para famílias urbanas com mais de um salário mínimo *per capita*, varia de 69,1%, no Centro-Oeste, a 11,9%, no estado de São Paulo.

TABELA 7 - Distribuição percentual das famílias, cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda familiar *per capita* e formas de abastecimento de água <sup>(1)</sup> nas regiões, 1990

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita em sal. min.</i>	RURAL			URBANO		
		Rede geral	Fossa séptica	Outros	Rede geral	Fossa séptica	Outros
Nordeste	até 1/2	0,2	1,0	98,8	4,7	5,7	89,6
	de 1/2 a 1	0,2	2,0	97,8	8,3	7,3	84,4
	mais de 1	-	4,7	95,3	25,0	16,6	58,4
	Total	0,2	1,5	98,3	9,3	8,1	82,6
Sudeste (-SP)	até 1/2	0,8	1,6	97,6	33,4	3,4	63,2
	de 1/2 a 1	3,1	1,8	95,1	47,3	5,9	46,8
	mais de 1	3,4	2,6	94,0	71,7	5,4	22,9
	Total	1,9	2,0	96,1	52,9	5,1	42,0
São Paulo	até 1/2	3,3	10,7	86,0	23,8	14,3	61,9
	de 1/2 a 1	1,6	7,9	90,6	64,2	5,5	30,3
	mais de 1	6,8	12,7	80,5	82,7	5,4	11,9
	Total	4,1	10,2	85,7	72,5	6,1	21,4
Sul	até 1/2	0,2	7,8	92,0	1,5	20,1	78,4
	de 1/2 a 1	-	16,3	89,7	7,5	20,0	72,5
	mais de 1	0,2	25,6	74,2	23,9	39,0	37,1
	Total	0,1	15,6	84,3	13,7	29,5	56,8
Centro-Oeste	até 1/2	-	0,5	95,5	2,3	1,8	95,9
	de 1/2 a 1	0,1	1,1	98,8	4,5	2,5	93,0
	mais de 1	-	1,0	99,0	25,9	5,0	69,1
	Total	0,1	0,8	99,1	17,3	3,9	78,8

(1) As formas de escoamento sanitário são: a rede geral, a fossa séptica e outra forma ou não tem.

Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990

A situação do escoamento sanitário dos domicílios de famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas contrasta, marcadamente, com a do abastecimento de água desses domicílios. No caso da água, só nas regiões rurais mais pobres é universal a precariedade, e a situação melhora substancialmente ao se considerarem as cidades e regiões mais desenvolvidas. No caso do escoamento sanitário ocorre o contrário. É universalmente precário nas áreas rurais de todas as regiões do país e somente se aproxima de uma situação adequada nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas e para famílias que não têm nível de renda mais baixo.

O caso do escoamento sanitário, portanto, mais claramente ainda que o abastecimento de água, reflete o subdesenvolvimento regional. Somente as famílias de regiões mais desenvolvidas e de melhor nível sócio-econômico conseguem usufruir de condições mínimas de saneamento básico. Mesmo nestas regiões, muitas famílias de baixa renda ficam à margem da infra-estrutura urbana, vivendo sob enorme precariedade. Esta precariedade nas condições de saneamento básico tem múltiplas implicações para a vida familiar, a começar pelo estado de saúde de seus membros. Isto é particularmente verdadeiro tratando-se de famílias que residem em áreas urbanas, onde são mais graves os problemas decorrentes de um saneamento básico mal estruturado.

De um modo geral, pode-se afirmar que, para o conjunto de famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas, a situação urbana do domicílio, em princípio, representa a possibilidade de acesso às redes de serviço público que costumam abastecer as cidades. Não obstante, para uma parcela não desprezível desses moradores urbanos, a exclusão do acesso a tais redes torna a residência urbana um agravante de sua situação de mal-estar. Em outras palavras, a proporção de famílias que não têm acesso à água tratada e não dispõem de alternativas se não a fossa rústica como escoamento sanitário, é muito menor na cidade do que no campo, mas o significado dessa situação em termos de precariedade de condições de vida é mais grave, tratando-se de residentes em cidades onde a aglomeração amplifica a magnitude do problema.

A rede de serviço público onde mais claramente a passagem da residência rural para a urbana implica em acesso é a de **energia elétrica**. Há, entretanto, uma grande diferenciação regional de eletrificação **rural**. Assim, no Nordeste, mesmo entre famílias que não têm nível de renda baixo, somente uma de cada três delas dispõem de energia elétrica. No outro extremo, o estado de São Paulo, mesmo entre famílias de baixo nível de renda, quatro de cada cinco delas têm acesso à energia elétrica. Em todas as regiões do país há uma grande diferença na frequência do acesso a energia elétrica por faixas de renda das famílias que residem em áreas rurais. A ordenação das regiões por grau de difusão da eletrificação rural, medida pela frequência das famílias que têm acesso à energia elétrica é, em ordem crescente: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e estado de São Paulo. (tabela 8).

TABELA 8 - Proporção de famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda familiar *per capita*, acesso a energia elétrica (EE) e posse de geladeira (GE) e situação rural-urbana do domicílio nas grandes regiões, 1990

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita</i> em sal. mínimo	RURAL		URBANO	
		EE	GE	EE	GE
Nordeste	até 1/2	20,9	4,7	79,3	18,9
	de 1/2 a 1	31,0	10,1	86,8	34,1
	mais de 1	37,2	25,6	91,8	68,5
	Total	24,3	7,8	83,7	32,5
Sudeste (-SP)	até 1/2	45,7	19,2	87,0	37,8
	de 1/2 a 1	54,0	35,1	91,4	58,6
	mais de 1	71,5	59,1	98,0	89,2
	Total	52,6	30,7	92,6	64,7
São Paulo	até 1/2	77,9	46,3	100,0	33,3
	de 1/2 a 1	90,6	65,5	97,4	67,1
	mais de 1	94,9	86,4	98,7	91,5
	Total	88,5	67,8	98,4	79,4
Sul	até 1/2	62,0	47,2	75,9	44,0
	de 1/2 a 1	80,6	67,4	88,8	53,9
	mais de 1	89,5	86,5	98,3	99,7
	Total	75,8	64,8	90,5	70,8
Centro-Oeste	até 1/2	27,4	11,4	78,7	33,6
	de 1/2 a 1	41,4	26,7	87,4	47,3
	mais de 1	51,0	42,7	98,4	83,9
	Total	38,6	25,4	92,3	66,6

Obs.: as proporções referem-se as famílias que têm energia elétrica e/ou dispõem de geladeira no domicílio.  
Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990

Nas **áreas urbanas**, o acesso à energia elétrica é praticamente universal em todas as regiões do país. Esse acesso abre múltiplas possibilidades de utilização de eletrodomésticos que são fundamentais para a vida urbana moderna. Entretanto, nas famílias de baixa renda, o acesso à energia elétrica não garante o uso de eletrodomésticos. Assim, por exemplo, uma proporção muito grande das famílias de baixa renda que dispõem de energia elétrica não tem um eletrodoméstico básico como a geladeira. Isto ocorre mesmo no estado de São Paulo, onde mais da metade das famílias agrícolas urbanas de baixa renda não tem geladeira, apesar de quase todas elas terem acesso à eletricidade.

As informações anteriores sugerem que as famílias que residem em áreas urbanas, mas dependem de uma baixa renda do trabalho do chefe na agricultura, têm uma série de dificuldades para materializar as possibilidades oferecidas pela vida na cidade<sup>6</sup>. Essas dificuldades têm a ver com as deficiências de infra-estrutura de serviços urbanos e com a insuficiência do nível de renda de boa parte dessas famílias. Em consequência, não têm acesso a um mínimo de condições básicas que são consideradas imprescindíveis a qualquer morador das cidades. Por esse motivo, apesar de se notar uma diferença substancial de estilo de vida entre os residentes das áreas rural e urbana, não é absolutamente claro que tais diferenças impliquem em uma condição de vida melhor para os que moram nas cidades. A vida nas

<sup>6</sup> Essa problemática é tratada em outro trabalho da mesma autora. Ver a respeito Leone (1995)

idades requer um nível de renda que a agricultura não tem proporcionado à maioria daqueles que nela trabalham, ainda que já tenham residência urbana.

Esse mesmo comentário, referente às condições de habitação, aplica-se a outros aspectos do bem-estar da população. Assim, o acesso a educação parece ser mais importante para quem vive na cidade, pois a vida urbana exige um mínimo de nível educacional. Além do que o sistema escolar cobre melhor as áreas urbanas.

Para verificar se as famílias urbanas chefiadas por trabalhadores agrícolas têm, de fato, maior acesso à educação, é preciso controlar a idade dos seus componentes, distinguindo os adultos dos menores de dezoito anos. Essa distinção é necessária porque, em primeiro lugar, a situação em termos de educação básica dos menores de dezoito anos pode ser ainda modificada. Em segundo lugar, as circunstâncias que estão por trás do nível educacional atingido pela população maior de dezoito anos podem não refletir a situação urbana atual das pessoas envolvidas. Em particular, deve-se levar em conta a possibilidade de migração recente das regiões mais atrasadas do país, ou de áreas rurais na direção das urbanas.

O **nível educacional dos maiores de dezoito anos**, no Nordeste rural, mostra uma carência absoluta, embora se note uma diferença expressiva entre as famílias de renda muito baixa e as demais. A situação educacional dos adultos das famílias com mais de um salário mínimo no Nordeste rural corresponde, aproximadamente, a dos adultos das famílias com até meio salário mínimo do Sudeste e Centro-Oeste rural, regiões que, depois do Nordeste, são as que têm pior situação educacional dos adultos (tabela 9).

A comparação da situação educacional dos adultos entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem no campo e na cidade, em cada uma das regiões, mostra que só é melhor, no caso da cidade, para as famílias que não têm nível de renda baixo. No caso das famílias de baixa renda, a situação chega a ser pior nas áreas urbanas de algumas regiões, como no estado de São Paulo e no Sul do país.

Essa situação pode estar refletindo histórias de vida muito diferentes. Podemos imaginar algumas possibilidades. Por exemplo, a família urbana chefiada por trabalhador agrícola que tem renda *per capita* tão baixa quanto a da família que reside no campo provém de uma região que oferecia piores condições para educar os seus filhos na idade em que deveriam estar freqüentando a escola básica.

Outra possibilidade é que a família urbana, mesmo proveniente da mesma área, desfrutava de piores condições de vida na época em que seus atuais membros adultos deveriam ter freqüentado a escola básica, o que, inclusive, teria contribuído para sua saída do campo em direção à cidade.

TABELA 9 - Distribuição da população adulta (18 anos e mais) com relação ao total de cada faixa de renda <sup>(1)</sup> das famílias cujo chefe trabalha na agricultura, segundo faixas de renda familiar *per capita* e grau de instrução, nas regiões, 1990.

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita</i> em mil. <i>an.</i>				RURAL				URBANO			
	até 1/2	de 1/2 a 1	mais de 1	Total	Nenh.	Prim. inc.	Prim. compl.	Acim. Prim.	Nenh.	Prim. inc.	Prim. compl.	Acim. Prim.
Nordeste	60,3	26,0	9,0	4,7	53,9	23,6	10,3	12,0	48,3	23,4	11,7	16,7
	57,5	25,6	9,2	7,6	48,3	23,4	11,7	16,7	25,2	8,7	49,1	20,9
	48,8	27,2	12,1	14,6	45,9	22,5	10,6	20,9	34,2	18,1	11,9	22,6
	58,2	25,9	9,4	6,2	35,9	22,3	19,8	12,8	27,8	20,5	22,6	22,6
Sudeste (SP)	39,0	34,9	19,9	6,2	27,8	28,8	20,5	22,6	10,6	16,3	20,6	52,3
	34,1	32,2	25,2	8,6	10,6	16,3	20,6	52,3	22,3	24,5	33,2	33,2
	20,6	27,5	30,2	21,5	22,3	24,5	33,2	33,2	29,8	29,9	29,5	13,6
	34,2	32,6	23,4	9,8	22,3	24,5	33,2	33,2	21,0	25,4	36,5	36,5
	29,2	45,2	20,2	5,5	38,3	29,8	19,2	12,8	27,0	29,9	29,5	13,6
São Paulo	25,5	39,6	24,6	12,2	27,0	29,9	29,5	13,6	17,0	21,0	25,4	36,5
	21,7	26,3	28,2	23,8	21,1	23,8	25,8	29,4	21,1	23,8	25,8	29,4
	24,3	36,2	24,5	15,0	21,1	23,8	25,8	29,4	25,8	25,8	25,6	12,5
	25,4	32,3	26,8	15,5	36,1	25,8	25,6	12,5	27,1	31,1	24,4	17,5
Sul	18,3	24,0	31,9	25,7	27,1	31,1	24,4	17,5	10,6	15,7	17,9	55,7
	11,0	23,4	27,4	38,2	10,6	15,7	17,9	55,7	20,7	22,4	21,1	35,8
	18,9	26,8	28,4	25,9	20,7	22,4	21,1	35,8	44,3	27,5	17,8	10,4
	41,5	31,5	17,1	9,8	44,3	27,5	17,8	10,4	36,1	27,9	14,0	21,8
Centro-Oeste	32,6	32,5	19,0	15,9	36,1	27,9	14,0	21,8	14,7	17,3	16,7	51,3
	25,1	25,9	21,9	27,1	14,7	17,3	16,7	51,3	24,2	21,3	15,8	38,7
	34,0	30,1	19,1	16,9	24,2	21,3	15,8	38,7				

Obs: A soma não é exatamente 100, devido aos com grau de instrução ignorada.  
Fonte: Tabulação Especial EXAD - 1990

Uma terceira possibilidade é que a família urbana estivesse na cidade na época em que deveria ter educado seus filhos mas estava numa situação tão precária que não pode se aproveitar das melhores condições oferecidas pela cidade para educar os filhos.

Em todos os casos, o nível educacional mais baixo dos membros adultos de famílias urbanas de baixa renda chefiadas por trabalhadores agrícolas não traduz a situação da família, hoje. Ou seja, o menor grau de instrução não se deve à migração em si, mas sim decorre de condições de educação na época em que esses membros adultos deveriam ter passado pela educação básica. O fato dessas famílias, hoje, disporem de um nível de renda semelhante ao das respectivas famílias rurais sugere que fizeram algum progresso em termos de renda *per capita*, embora se saiba que a vida nas cidades provavelmente exija um nível de renda monetário maior que o do campo.

Quanto à **situação educacional** dos componentes da família em idade de freqüentar a escola básica (**7 a 14 anos**), será tomado como indicador de carência, na **área rural**, a proporção dos que não freqüentam escola e são analfabetos. Este indicador sugere que a rede escolar básica está bastante difundida mesmo nas áreas rurais de todas as regiões do país. Não obstante, existem diferenças regionais significativas, destacando-se a proporção de jovens que não freqüentam escola e são analfabetos no Nordeste rural, principalmente entre as famílias de baixa renda. As diferenças por faixa de renda *per capita* são substanciais, mesmo no Nordeste, embora sejam mais marcantes nas demais regiões, não se notando, como nas outras variáveis, uma correlação com o grau de desenvolvimento dessas regiões. (tabela 10).

A situação educacional dos menores é melhor nas **áreas urbanas** de todas as regiões e é menor a diferença entre o Nordeste e as demais, confirmando a ampla difusão nacional da rede de ensino básico, notadamente nas áreas urbanas.

Este resultado serve para por em evidência a afirmação feita na introdução deste trabalho de que, nas regiões rurais mais subdesenvolvidas, a carência de infraestrutura é absoluta no sentido de abranger praticamente toda a população, mesmo as famílias que não têm nível de renda muito baixo, enquanto que, se se consideram áreas urbanas e/ou regiões mais desenvolvidas, não é tão elevada a fração de famílias de baixa renda que são carentes, mas em compensação se ampliam as diferenças entre famílias com distintos níveis de renda.

A afirmação anterior fica clara ao se comparar duas redes de infra-estrutura básica com distintos graus de difusão no território nacional como, por exemplo, as de saneamento e educação básica. A primeira cobre a população de modo insuficiente, principalmente nas regiões mais subdesenvolvidas. Com relação a ela, a proposição básica deste trabalho se verifica com toda clareza. No que diz respeito a rede de ensino básico, a qual parece atingir, de modo mais completo, toda a

população do país, mesmo a das regiões rurais mais subdesenvolvidas. Nessas últimas regiões, a fração de jovens em idade escolar não atendida pela rede de ensino básico não é tão elevada, mesmo entre famílias de baixa renda, e as diferenças entre regiões, entre o campo e a cidade e entre os níveis de renda não são tão expressivos, como no caso do acesso às redes menos abrangentes.

O comentário anterior se refere à simples frequência escolar, sem entrar na discussão da qualidade do ensino proporcionado e, portanto, da qualidade da própria rede em contraposição à sua abrangência. Se o aspecto qualitativo fosse considerado, provavelmente se repetiria o observado para redes de menor abrangência: carência absoluta nas áreas subdesenvolvidas, maior diferenciação relativa por faixa de renda principalmente nas regiões de maior grau de desenvolvimento.

O conjunto das comparações realizadas dos aspectos de condição de vida entre famílias chefiadas por trabalhadores que residem no campo e nas cidades também dá a entender que a agricultura, principalmente no caso do trabalhador assalariado não qualificado, não proporciona uma renda suficiente para a família lograr inserir-se adequadamente nas condições de infra-estrutura precária das cidades brasileiras, mesmo no estado de São Paulo.

TABELA 10 - Distribuição da população jovem (7 a 14 anos) das famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda familiar *per capita* e frequência à escola nas regiões, 1990

REGIÕES	Faixas de renda fam. <i>per capita</i> em sal. mínimo	RURAL				URBANO			
		Frequência escola	Não frequenta escola			Frequência escola	Não frequenta escola		
			Analfabeto	Não concl. primário	Concluiu ultrap. prim.		Analfabeto	Não concl. primário	Concluiu ultrap. prim.
Nordeste	até 1/2	63,2	31,0	4,7	1,1	70,3	22,9	6,0	0,6
	de 1/2 a 1	61,1	30,2	6,4	2,1	77,4	18,0	3,6	1,0
	mais de 1	76,4	16,7	4,2	2,7	85,2	9,3	3,2	2,3
	Total	63,9	30,0	4,8	1,3	73,5	20,4	5,1	0,8
Sudeste (-SP)	até 1/2	68,9	14,8	7,7	8,6	80,3	9,7	3,9	5,2
	de 1/2 a 1	72,2	6,4	9,6	11,8	92,6	3,9	1,9	1,5
	mais de 1	80,5	3,8	3,1	12,6	95,3	1,1	-	3,5
	Total	70,5	12,2	7,8	9,5	87,0	6,2	2,5	3,8
São Paulo	até 1/2	60,2	9,7	21,2	8,9	65,2	17,4	4,3	13,1
	de 1/2 a 1	64,9	10,9	12,5	10,9	84,9	2,5	7,7	4,9
	mais de 1	81,5	6,8	3,4	8,4	93,7	3,8	-	2,5
	Total	66,5	9,5	13,8	9,9	86,4	4,9	3,9	4,8
Sul	até 1/2	71,6	8,6	5,1	14,6	73,2	10,6	8,1	8,1
	de 1/2 a 1	80,7	3,9	2,0	13,5	82,0	2,5	8,2	7,3
	mais de 1	85,4	1,6	0,8	12,3	92,9	3,0	-	4,1
	Total	75,8	6,4	3,7	14,0	82,4	5,6	5,6	6,4
Centro-Oeste	até 1/2	65,1	21,5	9,6	3,6	79,4	10,5	7,5	2,6
	de 1/2 a 1	66,4	15,9	10,7	7,0	81,6	5,0	10,6	2,8
	mais de 1	74,2	9,6	9,6	6,6	97,4	1,8	-	0,8
	Total	66,4	18,9	9,9	4,8	86,6	5,5	5,9	2,0

Fonte: Tabulação Especial PNAD - 1990.

## Conclusão

Este trabalho analisou as condições de vida da população que vivia da agricultura em 1990.

Constatou-se que no caso das redes de ampla difusão nacional ocorre um "nivelamento por cima", no sentido de que mesmo entre a população de mais baixa renda, é freqüente o acesso a essas redes. Pelo contrário, quando a rede não é difundida no território nacional, nas regiões onde ela é mais precária, o acesso é pouco freqüente inclusive entre as famílias de renda relativamente alta, ocorrendo um "nivelamento por baixo".

É nas situações intermediárias, em termos de difusão da rede em escala nacional, que se observam as maiores diferenças na freqüência do acesso entre famílias com distinto nível de renda. Estas situações intermediárias põem em evidência, com maior clareza, o potencial sócio-econômico diferenciador do poder de compra que, direta ou indiretamente, está relacionado com o nível de renda da família.

As regiões mais desenvolvidas, obviamente, dispõem em maior medida de todas as redes de infra-estrutura mas, salvo exceções, nenhuma delas está suficientemente desenvolvida para permitir um acesso universal. Em conseqüência, é justamente nas regiões mais desenvolvidas que varia mais, entre faixas de renda familiar, a freqüência do acesso aos serviços proporcionados por estas redes de infra-estrutura. Além disso, como as regiões mais desenvolvidas se caracterizam por um maior adensamento da população em coletividades urbanas, a falta de acesso às redes de prestação de serviços públicos tem maiores implicações em termos de más condições de vida.

As considerações anteriores permitem distinguir, pelo menos, três situações básicas de pobreza entre as famílias que têm por fonte de renda principal o trabalho na agricultura. A primeira é a da pequena produção de subsistência do Nordeste rural. A segunda é a do trabalhador assalariado que já reside em áreas urbanas, notadamente na agricultura capitalizada do Centro-Sul que tem um baixo nível de salário. Finalmente, a terceira é a da pequena produção de tipo familiar das áreas rurais da região Sul. Neste último caso, o nível de produtividade permite condições de vida que não são tão precárias como o observado no Nordeste. Contudo, é elevada a proporção da população ativa envolvida e, com freqüência é baixo o nível de renda monetária, se comparado com a agricultura altamente subsidiada dos países desenvolvidos.

## Bibliografia

HOFFMANN, R., KAGEYAMA, A. A modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 1, p. 171-208, abr. 1985.

LEONE, E. T. *Pobreza e trabalho no Brasil*: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80. Campinas: UNICAMP.IE, 1994. (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_. Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P., REYDON, B.P., orgs. *Agropecuária e agroindústria no Brasil*: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995.

## TEXTO PARA DISCUSSÃO. IE/UNICAMP

### Fazem parte desta Série:

- n. 1 COUTINHO, Maurício. **Marx - reprodução do capital.** jul./91. (esgotado).
- n. 2 COSTA, Fernando Nogueira da. **A formação da taxa de juros no Brasil.** set./91. (esgotado).
- n. 3 SERRA, José & AFONSO, José Roberto R. **As finanças públicas municipais: trajetórias e mitos.** out./91. (esgotado).
- n. 4 COSTA, Fernando Nogueira da. **Política de câmbio e juros vs. dolarização programada e Banco Central independente.** jan./92. (esgotado).
- n. 5 SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial.** fev./92. 2a. ed. (esgotado).
- n. 6 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista.** abr./92. (esgotado)
- n. 7 POSSAS, Maria Sílvia. **Aprendendo com os clássicos: notas sobre valor e capitalismo.** abr./92. (esgotado)
- n. 8 KAGEYAMA, Angela Antonia. **O emprego agrícola em 1985: análise preliminar.** maio/92.
- n. 9 POSSAS, Mario Luiz. **Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais.** jun./92. (esgotado).
- n. 10 MACHADO, João Bosco Mesquita & ARAÚJO JR., José Tavares de. **Impacto das políticas comercial e cambial sobre o padrão de comércio internacional dos países da ALADI: o caso do Brasil.** jul./92. (esgotado).
- n. 11 COSTA, Fernando Nogueira da. **(Im)Propriedades da Moeda.** out./92.
- n. 12 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Ajustamento estrutural e orientação exportadora: sobre as lições da Coréia do Sul e do México.** out./92. (esgotado).
- n. 13 SUZIGAN, Wilson. **Política comercial e perspectivas da indústria brasileira.** dez./92. (esgotado).
- n. 14 SOTO B., Fernando. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo.** jan./93. (esgotado).
- n. 15 BAPTISTA, Margarida; FAJNZYLBER, Pablo; PONDÉ, João Luiz. **Os impactos da nova política industrial nas estratégias competitivas das empresas líderes da indústria brasileira de informática: a falsa "modernidade" e os limites da competitividade internacional.** jan./93. (esgotado).
- n. 16 NEGRI, Barjas. **Urbanização e demanda de recursos hídricos na Bacia do Rio Piracicaba no Estado de São Paulo.** mar./93.
- n. 17 POSSAS, Mario Luiz. **O conceito de concorrência em Marshall: uma perspectiva schumpeteriana.** abr./93. (esgotado).
- n. 18 COUTINHO, Mauricio Chalfin. **Marx e os preços de produção.** abr./93. (esgotado).

- n. 19 COSTA, Fernando Nogueira da. **Inovações financeiras e política monetária.** abr./93. (esgotado)
- n. 20 LEAL, João Paulo Garcia. **Evolução do comércio exterior sul-coreano de manufaturas segundo suas vantagens comparativas reveladas: 1981-1988.** maio/93.
- n. 21 OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A desordem fiscal e os caminhos para uma nova reforma do sistema tributário.** maio/93.
- n. 22 MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. **Keynes's economics and the search for a new economic theory: the "equilibrium trap".** jun./93.
- n. 23 NEGRI, Barjas. **A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990).** jul./93.
- n. 24 CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta.** jul./93. (esgotado).
- n. 25 DEQUECH FILHO, David. **Salários e absorção de mão-de-obra no Brasil: um exame a partir das regiões metropolitanas.** jul./93.
- n. 26 LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **Crise de financiamento dos governos estaduais (1980/1988).** ago./93.
- n. 27 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Investimento direto externo e reestruturação industrial.** ago./93. (esgotado).
- n. 28 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Technological change and late industrialization: lessons from a post keynesian evolutionary approach.** set./93.
- n. 29 DEDECCA, Cláudio Salvadori e MONTAGNER, Paula. **Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho. Considerações sobre o caso brasileiro.** out./93.
- n. 30 LIMA, Gilberto Tadeu. **Taxonomy of production economies and monetary determination of effective demand: a puzzle in Keynes'economics.** out./93.
- n. 31 BIASOTO JUNIOR, Geraldo. **Tributação: princípios, evolução e tendências recentes.** nov./93. (esgotado)
- n. 32 CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra.** nov./93. (esgotado)
- n. 33 SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás. **Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil.** jan./94.
- n. 34 REYDON, Bastiaan Philip. **A especulação com terras agrícolas: uma interpretação a partir de um referencial teórico pós-keynesiano.** jan./94.
- n. 35 BELIK, Walter. **Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87).** abr./94.
- n. 36 HIGACHI, Hermes Yukio. **Estratégias das empresas líderes na indústria brasileira do papel.** maio/94.
- n. 37 COUTINHO, Maurício Chalfin. **Marx e a economia política clássica: trabalho e propriedade.** maio/94.

- n. 38 PONDÉ, João Luiz S. P. de Souza. **Coordenação, custos de transação e inovações institucionais.** jul./94.
- n. 39 CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Uma visão crítica da teoria da repressão financeira.** jul./94.
- n. 40 MATIJASCIC, Milko. **Fundos de pensão e rearticulação da economia brasileira.** jul./94.
- n. 41 CORSI, Francisco Luiz. **As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo.** jul/94
- n. 42 GRAZIANO DA SILVA, José. **A formação de preços dos produtos agrícolas: notas para discussão de uma abordagem alternativa.** nov./94
- n. 43 LOPREATO, Francisco Luiz C. - **Dificuldades e Perspectivas dos Bancos Estaduais.** nov./94.
- n.44 BRANDÃO,Sandra Márcia Chagas. **Políticas Salarial e Negociações Coletivas: A Experiência das Categorias Profissionais Metalúrgicas e Têxtil do Município de São Paulo no período 1978-89.** dez/94.
- n.45 CANUTO,Otaviano. **Um Modelo de Crescimento Endógeno com Microfundamentos Evolucionistas.** jan./95.

REVISÃO E EDITORAÇÃO: NEIDE PEREIRA BALDOVINOTTI

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: GRÁFICA DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UNICAMP